PROFESSOR — APOSENTADORIA ESPECIAL — TEMPO DE SERVIÇO

— Aposentadoria especial de forma integral pressupõe totalidade do serviço no efetivo exercício do magistério, não sendo admissível arrendamento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Proc. 15.497/94

Grupo I — Classe I — 2ª Câmara

Ementa:

TC 015.497/94-1
Natureza: Pedido de Reexame
Interessado: Venâncio Nogueira de Farias
Entidade: Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte

— Pedido de Reexame. Aposentadoria Especial de Professor. Tempo de serviço estranho ao Magistério. Impraticável o arrendamento com base no art. 101, parágrafo único da Lei nº 8.112/90, no caso de aposenta-

dorias especiais. Conhecimento. Manutença da decisão recorrida.

RELATÓRIO

Na Sessão de 27/07/97, esta E. Câmara decidiu considerar ilegal a concessão de aposentadoria ao interessado, no cargo de Professor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, à vista do cômputo de tempo de serviço estranho às funções de Magistério. (Decisão nº 025/97 — 2ª Câmara — fls. 21).

Inconformado com o *decisum*, o Sr. Diretor-Geral da Escola supra-referida interpôs o presente pedido de reexame alegando que a concessão foi deferida, inicialmente, utilizando-se do arredondamento previsto no parágrafo único, do art. 101 da Lei nº 8.112/90, e que o tempo de aluno-aprendiz foi computado tão-somente para efeito de anuênios. Todavia, em face de deligência da SECEX/MG, esse tempo foi aproveitado, também, para fins de aposentadoria, cabendo, no caso, a aplicação do Enunciado Sumular nº 105/TCU.

Aduz, por último, o recorrente, que milita em favor da legalidade da aposentadoria do servidor a inteligência do Enunciado Sumular nº 74, segundo o qual estaria sanado o lapso temporal faltante à aposentadoria especial deferida de forma integral na conformidade do art. 40, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal.

A bem lançada instrução, a cargo da 10ª SECEX, refuta os argumentos expendidos pelo recorrente observando que é firme a jurisprudência deste Tribunal no sentido de que o direito à aposentadoria especial de professor (art. 40, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal) está impreterivelmente condicionado ao cumprimento da *totalidade* do tempo de serviço no *efetivo* exercício do magistério. Entende, por isso, ser absolutamente inaplicável o discutido arredondamento do tempo de serviço, previsto no art. 101, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90, ou o aproveitamento de qualquer aluno-aprendiz. Por essa mesma razão, entende a Unidade Técnica não caber a aplicação do Enunciado Sumular nº 74, nem o de nº 105, uma vez que, ao longo

do tempo, o entendimento do Tribunal sobre a matéria não sofreu alteração.

Diante do exposto, a Unidade Técnica propõe, conclusivamente, seja o presente pedido de reexame conhecido para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se em seus exatos termos a Decisão nº 025/97 - 2ª Câmara, sem prejuízo de serem prestados ao órgão de origem os seguintes esclarecimentos quanto aos direitos do interessado:

“a) retornar às suas atividades por mais 176 dias, de forma a completar os 30 anos de efetivo exercício indispensáveis à aposentadoria especial de professor com proventos integrais com base no art. 40, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal c/c o art. 186, inciso III, alínea “b” da Lei nº 8.112/90;

b) utilizar o arredondamento previsto no parágrafo único do art. 101 da Lei nº 8.112/90, de acordo com o estabelecido na Decisão nº 560/97 — Plenário (Ata nº 34/97), com o intuito de alcançar os 30 anos necessários à aposentadoria com proventos proporcionais (30/35), com fulcro no art. 40, inciso III, alínea “c” da Constituição Federal c/c o art. 186, inciso III, alínea “C” da Lei nº 8.112/90;

c) utilizar o tempo de aluno-aprendiz para fins de aposentadoria proporcional (32/35), com fundamento nos mesmos dispositivos apontados na alínea “b” supra, desde que comprovada a remuneração do aluno à custa de dotações orçamentárias, conforme previsto na Súmula nº 96 deste Tribunal, aproveitando-se, também, do retromencionado arredondamento”.

A manifestação da d. Procuradoria, da lavra do eminente Procurador, Dr. Ubaldo Alves Caldas, está vazada, em essência, nos seguintes termos:

.....
“A inclusão do tempo de aluno-aprendiz para fins de aposentadoria não tem guarida neste Tribunal, consoante Decisão nº 160/93, 2ª Câmara, Ata 17, Sessão de 20/05/93, TC 350.602/91-3, D.O.U. de 02/06/93, Seção I, p. 7.436, não se podendo, portanto, aplicar a Súmula 105/TCU, sendo que, ao longo do tempo, o entendimento desta Casa sobre o tema não se alterou.

Quanto ao arredondamento de tempo de

serviço permitido inicialmente pelo art. 78, § 2º, da Lei nº 1.711/52 e, posteriormente, pelo parágrafo único, do art. 101, da Lei nº 8.112/90, até 08/04/92, cabe esclarecer que se destina apenas às aposentadorias comuns, ou seja, àquelas em que a lei não exige o efetivo exercício em determinada atividade, e sempre foi impugnada por esta Corte a sua utilização quando o dispositivo legal em que se fundamentou a sucessão impõe seja o tempo de efetivo exercício (TC 006.626/86, Ata 85/86, Sessão de 18/11/86, D.O.U. de 15/12/86, Seção I, p. 18764; TC 006.626/86 (Reexame), Ata 02/87, 1ª Câmara, Sessão de 10/11/87, D.O.U. de 04.12.87, p. 20911; TC 275.648/90-7, Ata 10/92, Decisão nº 136, 2ª Câmara, Sessão de 26/03/92, D.O.U. de 09/04/92, Seção I, p. 4556).

Por último, cabe acrescentar que o tempo de inatividade, por não ser igualmente de efetivo exercício de magistério, não se presta para o deferimento da aposentadoria especial de Professor. Poderá, contudo, ser utilizado no caso de a concessão prosperar com fulcro na alínea “c”, inciso III, art. 40, da Constituição Federal e, apenas, para completar o tempo mínimo exigido por esse dispositivo legal, porquanto, consoante Súmula nº 74/TCU, não se presta para acréscimo de tempo de serviço ou qualquer outra vantagem.

Pelo exposto, opinamos por que esta Corte conheça do presente Pedido de Reexame para, no mérito negar-lhe provimento, mantendo-se em seus exatos termos a Decisão ora recorrida.

É o Relatório.

VOTO

O art. 40, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal, estabelece que o servidor será aposentado aos trinta anos de efetivo exercí-

cio em funções de magistério, se professor, com proventos integrais.

Nesta Corte de Contas, é firme a jurisprudência no sentido de que tal direito está condicionado ao cumprimento da totalidade do tempo de serviço no exercício do magistério.

No caso concreto destes autos, a peça recursal de fls. 24/27 defende a aplicação do arredondamento do tempo de serviço, previsto no parágrafo único, do art. 101, da Lei nº 8.112/90, o cômputo de tempo prestado como aluno-aprendiz e a contagem do período de inatividade, consoante os termos do Enunciado Sumular nº 74/TCU, no afã de alcançar o tempo mínimo necessário para o deferimento da aposentadoria com proventos integrais, qual seja, 30 (trinta) anos. Todavia, em face da especificidade do cargo em que pretende jubilar-se o interessado, as alternativas retro-mencionados são totalmente impraticáveis, como foi sobejamente demonstrado no Relatório que a este antecede.

Importa assinalar, ainda, que não é cabível o arredondamento do tempo de serviço, como exposto nos pareceres, tendo em vista a decisão do Colendo Supremo Tribunal Federal proferida na ADIn nº 906-6, pela qual declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 101 da Lei nº 8.112/90.¹

Com essa ressalva, acolho os pareceres unânimes exarados nestes autos e VOTO por que seja adotada a decisão que ora submeto a esta E. Câmara.

Sala das Sessões, em 2 de março de 1998

José Antonio Barreto de Macedo, Ministro-Relator

DECISÃO Nº 031/98 — 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.497/94-1
2. Classe de Assunto: I — Pedido de Reexame.
3. Interessado: Venâncio Nogueira de Farias

1 O parágrafo único do art. 101 da Lei nº 8.112/90 foi revogado pelo artigo 18 da Lei nº 9.527, de 10-12-97.

4. Entidade: Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte

5. Relator: *Ministro José Antonio Barreto de Macedo*

6. Representante do Ministério Público: Dr. Ubaldo Alves Caldas

7. Unidade Técnica: 10ª SECEX

8. Decisão: A 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

8.1 — conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo, nos seus precisos termos, a Decisão nº 025/97 — 2ª Câmara, proferida na Sessão de 27/02/1997;

8.2 — esclarecer à Repartição de origem que a aposentadoria do interessado com proventos proporcionais ao tempo de serviço po-

derá ser deferida, c/c o art. 186, inciso III, alínea “c” da Lei nº 8.112/90, computando-se, para esse efeito, o tempo em que o servidor esteve aposentado, de conformidade com o § 1º do art. 103 da referida Lei.

9. Ata nº 05/98 — 2ª Câmara.

10. Data da Sessão: 02/03/1998 — Extraordinária

11. Especificação do *quorum*:

11.1. Ministros Presentes: Adhemar Paladini Ghisi (na Presidência), Bento José Bugarin, Valmir Campelo e o Ministro-Substituto José Antonio Barreto de Macedo (Relator).

Adhemar Paladini Ghisi, Na Presidência

José Antonio Barreto De Macedo, Ministro-Relator